



A IGREJA CATÓLICA NA BAHIA: FÉ E POLÍTICA

Solange Dias de Santana Alves¹

RESUMO: *O presente trabalho versa sobre as relações estabelecidas entre a Igreja Católica baiana e o Estado após a Revolução de 1930, tendo como articulador o Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva. Desde a separação oficial em 1890 entre a Igreja Católica e o Estado republicano brasileiro, a instituição católica sonhou e preparou-se para retomar as prerrogativas perdidas com o fim do Padroado. Sendo assim, nosso principal objetivo é analisar o movimento de Restauração Católica, na Bahia, efetivado nos anos trinta do século passado. Para tanto, analisamos algumas ações de apoio da Igreja Católica baiana ao novo governo, bem como a reação sofrida pela instituição por causa dessas estreitas relações políticas com o novo Estado.*

Palavras-chave: Restauração Católica; Revolução de 1930; Igreja Católica; D. Augusto Álvaro da Silva.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é um breve resumo da minha Dissertação de Mestrado em História Social defendida recentemente na UFBA, cujo título é homônimo a esta comunicação. Seu objetivo primordial foi analisar o movimento de Restauração Católica, na Bahia, após a Revolução de 1930 e as articulações políticas do Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva, tendo como universo a cidade de Salvador, embora o arcebispado englobe uma área muito maior. Apesar de termos escolhido os anos trinta para centrarmos nossa análise tivemos de recuar aos anos de 1920 para compreender a gestação do projeto de Restauração Católica, como também foi necessário nos reportar à década de 1940 para finalizar algumas discussões.

Dentre as fontes (impressas e manuscritas) consultadas trabalhamos com Cartas Pastorais, Termos de Visitas Pastorais; Livro do Primeiro Congresso Eucarístico Nacional Brasileiro, Livro de coletânea de Sermões de D. Augusto, documentos diversos sobre o Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões; Jornais: Diário de Notícias, Estado da Bahia, A Tarde, O Imparcial, ambos dos anos 30. No caso dos jornais, tivemos a precaução para não valorizar excessivamente informações a menos se estas pudessem ser comprovadas. Buscamos trabalhar com um maior número de jornais porque as matérias publicadas tinham conotações distintas mesmo quando retratavam os mesmos fatos. Isso se explica pelo fato dos jornais representarem os interesses de grupos divergentes que atuavam no momento estudado por nós. Por isso, apesar de excelente fonte de informações para o pesquisador devem-se ponderar essas implicações. Trabalhamos ainda com fontes orais: depoimentos colhidos em entrevistas realizadas com sacerdotes católicos.

Buscamos para guiar a nossa análise a proposta teórica de Antonio Gramsci pelo fato de sua concepção histórica sobre a religião ser mais adequada ao nosso objeto de estudo. Em seus

¹ Licenciada em História pela Universidade Católica do Salvador – UCSal.



estudos, Gramsci ressalta a necessidade de se estudar o viés político da atuação religiosa, coadunando, portanto, com o objetivo de nosso trabalho: a relação entre a Igreja Católica e o Estado republicano nos anos trinta. Adotamos diversos de seus conceitos como Bloco Histórico e Intelectual Orgânico.

Para Gramsci, a religião seria uma forma de ideologia e a Igreja Católica funcionaria como um aparelho ideológico do Estado. Isso porque sua análise do catolicismo e do fenômeno religioso em si norteava-se a partir de uma redefinição conceitual de Estado, que, segundo ele, seria o conjunto das sociedades civil e política, mais os aparelhos repressivos que exercem a função de dominação, e os aparelhos ideológicos que exercem a função hegemônica de classe. Seria, portanto, um dos elementos essenciais do Estado. A sociedade civil agrupa os diversos aparelhos ideológicos, dentre eles, o religioso, o político, o escolar.

Sempre que analisamos as ações da Igreja Católica (Ação Católica, por exemplo) para continuar influenciando a sociedade brasileira, tivemos como modelo as análises do filósofo italiano.

A dissertação foi estruturada em 4 capítulos.

Capítulo 1: A Igreja Católica no Brasil

No primeiro capítulo, de maneira breve, abordamos a trajetória da Igreja Católica no Brasil. Buscamos focar o modelo de Igreja adotado nos períodos colonial e imperial e a sua ruptura com a implantação da República no país.

Nele, abordo a criação do Primeiro bispado na Bahia, em 1551; as relações do Padroado; o modelo de Igreja vivido no período - cristandade lusitana, com fortes características medievais; a influência da Inquisição (apesar de nunca ter havido um Tribunal do Santo Ofício no Brasil) que contribuiu para a formação de um catolicismo superficial, apologético, repressor e preocupado mais com a forma que com o conteúdo. Abordo também, o catolicismo devocional e a difusão de Irmandades e Confrarias religiosas nas quais a sociedade buscava variados serviços de ordem social.

Esse capítulo traz ainda as discussões sobre a Igreja ocorridas durante o período independente: a) a liberal-nacionalista liderada pelo Pe. Antônio Feijó, b) os ultramontanos que visavam ligações mais estreitas com a Santa Sé, devotando total obediência às suas orientações e ao Santo Padre. A Questão Religiosa e as missões protestantes que passaram a preocupar a hierarquia eclesiástica. E a reação da Igreja frente às transformações sociais, políticas e econômicas do século XIX. Por fim analisei o comportamento da Igreja Católica após a instauração da República no País.

Capítulo 2: “Depositando nossa fé em Deus”

Nesse capítulo discorreremos sobre as relações entre a Igreja Católica e o Estado republicano; discutimos o significado da Revolução de 1930, o apoio de dom Augusto Álvaro da Silva ao Tenente Juracy Magalhães e as articulações do Arcebispo Primaz.



Apresentamos a interpretação da Revolução de 30, defendida por Boris Fausto e Francisco Weffort e adotada por nós – denominada de Estado-compromisso. Segundo os autores a Revolução de 1930 resultou da crise de hegemonia das oligarquias agrárias, tendo como componentes dinamizadores as classes médias e setores da burguesia urbana. O fim da República Velha representou a quebra da hegemonia dos grupos dominantes ligados a agro-exportação, seguindo-se um período de “vazio de poder”.

A Revolução de 30 não foi assimilada pelos políticos baianos, porque depois de muito tempo, a Bahia, voltaria a ter papel destacado no cenário nacional, afinal, Vital Soares, o vice-presidente eleito juntamente com Júlio Prestes era baiano e a Revolução teria abortado a reascensão do estado à esfera federal.

Analisamos também a forma pela qual a Igreja atuou pra recuperar o espaço perdido com a implantação da República. As ações empreendidas pela instituição para pressionar o Estado como as festas comemorativas, os Congressos Eucarísticos Nacionais, os sindicatos católicos, a Ação Católica Brasileira (ACB) e a Liga Eleitoral Católica (LEC) - associação que arregimentou candidatos que defendiam os interesses e objetivos da Igreja Católica agrupados em 10 pontos:

1. Promulgação da Constituição em nome de Deus.
2. Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso.
3. Incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado e dos municípios.
4. Regulamento da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais, etc.
5. Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros.
6. Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis, como equivalente ao serviço militar.
7. Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã.
8. Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual.
9. Decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis.
10. Combate a toda e qualquer legislação que contrarie expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica.

(MENSAGEIRO DO CORAÇÃO DE JESUS, Abril, 1934, apud AZZI, 1978, p.75).

Essas ações combinadas e dirigidas pela hierarquia eclesiástica contavam com o apoio do laicato católico e faziam parte do projeto de Restauração Católica que foi implantada mediante a apologia da fé contra o liberalismo, o positivismo e o protestantismo, tendo uma visão política e social tradicional, elegendo como valores supremos a *Ordem* e a *Autoridade*.

Também constitui tema deste capítulo o Primeiro Congresso Eucarístico Nacional Brasileiro realizado em Salvador de 3 a 10 de setembro de 1933 e que contou com a participação de expoentes da hierarquia católica, da política estadual e do laicato católico.



Abordamos também a questão do ensino religioso nas escolas públicas, assunto tão importante para a instituição católica e que suscitou calorosos debates. A Igreja católica percebeu que era fundamental para a preservação e irradiação da cultura cristã, o retorno do ensino religioso nos colégios.

Ainda neste capítulo traçamos o perfil da cidade do Salvador bem como analisamos, rapidamente, o projeto modernizador republicano, retomado em parte pelo governo de Juracy Magalhães. E como desfecho trágico dessa política a derrubada da Igreja da Sé. Defendemos a teoria que o Arcebispo da Bahia, Dom Augusto Álvaro da Silva permitiu a demolição para agradar os poderes públicos e assim, poder restabelecer mais proficuamente as relações com o Estado.

Mas as relações entre a Igreja Católica e o Estado não foram sempre cordiais, houve um momento em que chegaram mesmo a estremecer.

Capítulo 3: Momentos de tensão e crise

Nesse capítulo abordamos um caso ocorrido em 1936, que apesar de ser restrito à instância religiosa católica ultrapassou os limites desta. Uma desavença entre o arcebispo D. Augusto e a irmã Maria José de Senna, Regente do Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões, por causa da transmissão de cargo e atribuições desta para a Congregação dos Humildes, estremeceu as relações da Igreja Católica baiana com setores da instância política local e da Justiça no Estado.

Como o caso envolve um Recolhimento achamos necessário discutir mesmo que de maneira breve, o surgimento e finalidades desse tipo de instituição (ANDRADE, 1992 e MOTT, 1993). Depois analisamos o episódio que ficou conhecido como Caso dos Perdões, à luz dos documentos encontrados no acervo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACMS), comparando-os às matérias publicadas em diversos jornais e, ainda, aos depoimentos que colhemos de sacerdotes católicos que conviveram com D. Augusto, sendo alguns até contemporâneos ao episódio², que resumidamente assim ocorreu:

A transmissão do cargo que deveria ocorrer normalmente, assim não procedeu. Desentendimento entre a Regente Maria José de Sena, que seria destituída do cargo, e o Arcebispo Primaz transformaram-se em estrondoso escândalo, largamente noticiado pela imprensa baiana e agravado por um processo judiciário da Regente contra Dom Augusto Álvaro da Silva.

A irmã Maria José de Senna não quis entregar o cargo de Regente do Recolhimento e de Diretora do Educandário como tinha acordado anteriormente com o Arcebispo Primaz. E, ao que tudo indica, ocultamente contratou os serviços do conhecido advogado Junqueira Ayres. O escândalo configurou-se quando a Regente acusou o Arcebispo de agredi-la fisicamente, o que chocou a população e estigmatizou o Primaz até os nossos dias.

Apesar de Dom Augusto ter uma personalidade forte e difícil, não gostando de ser contrariado nem desafiado, não chegaria a ponto de desequilibrar-se e agir violentamente. Aliás,

² Como o Monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade por exemplo.



uma das características principais do Prelado conforme diversos depoimentos era o equilíbrio emocional. Outros fatos também nos chamaram a atenção. Com o Arcebispo e sua comitiva ainda presentes no Recolhimento chegaram o Dr. Junqueira Ayres, advogado da Regente; dois delegados de Polícia: Ivan Americano da Costa, e o tenente Hanequim Dantas, membro do Exército e homem de confiança do Interventor Federal, que o agraciou com o cargo, e, ainda, os jornalistas do *Estado da Bahia*. O Arcebispo quando saiu do estabelecimento foi vaiado pela população que se encontrava já cercado o local.

Depois de verificarmos o que dizem os jornais da época e documentos do Acervo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACMS), acreditamos que Dom Augusto Álvaro da Silva foi vítima de uma situação armada. Como os personagens acima destacados chegaram tão prontamente ao Recolhimento? Certamente, porque foram avisados anteriormente por alguém.

O Recolhimento dos Perdões já vinha suscitando a preocupação da Arquidiocese desde a administração de Dom Jerônimo Tomé da Silva - antecessor de Dom Augusto – que fracassou quando tentou passar o Recolhimento para os cuidados de outra Congregação religiosa – a das Irmãs Dorotéias. Durante o seu ministério, o Recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões já vinha declinando, chegando a ter apenas seis recolhidas. Estas chegaram a solicitar de Dom Jerônimo a reforma do estabelecimento.

Era imperioso que se fizesse a reforma no dito estabelecimento porque o Código Canônico de 1917 assim instituía. Caso morressem todas as recolhidas, os bens do Recolhimento dos Perdões passariam para os poderes públicos. Ora, quando Dom Augusto Álvaro da Silva assumiu o Arcebispado da Bahia, esse número encontrava-se ainda mais reduzido e, quando nomeou a Irmã Maria José de Senna, havia apenas três recolhidas.

Buscamos apresentar no capítulo os documentos que demonstram os motivos pelos quais D. Augusto nomeou a Irmã Maria José de Sena como regente e porque depois desejou destituí-la. A maneira como conduziu o processo (3 anos), com calma, sem sobressaltos como foi acusado. Bem como, a campanha difamatória que se pretendeu contra ele. Por conta da pesquisa que realizamos, apesar de não ser conclusiva, acreditamos que o episódio dos Perdões representou um momento de tensão e crise entre a Igreja Católica e o Estado na Bahia, uma vez que a Regente estava ligada a pessoas atreladas ao governo baiano³.

Por fim abordamos outros casos menos conhecidos, como o caso do Pe. Ricardo Pereira⁴ ou o caso do motorista de D. Augusto. Esse sem grandes proporções, mas que também ocupou as páginas de alguns jornais baianos que não perdiam a oportunidade para constranger o prelado.

Capítulo 4: Per Crucem ad Lucem – para a luz através da cruz

³ Entre eles o Major Alfredo Coelho “então chefe da Casa Militar do Exmo. Governador do Estado” (Carta Pastoral de 1941, p. 26-27, ACMS, est. 12, cx.6). Teria sido em sua casa que a irmã Maria José de Senna guardara suas malas após o incidente da manhã do dia 7 de abril de 1936.

⁴ Acreditamos que esse caso tenha representado uma disputa entre setores da sociedade (os liberais) contra a Igreja Católica com finalidade política, uma vez que o sacerdote era Inspetor de Educação no Ginásio da Bahia, num momento em que se travava uma batalha pela orientação pedagógica da Educação para o País (escolanovistasXconservadores).



No quarto e último capítulo trouxemos uma síntese biográfica de Dom Augusto Álvaro da Silva. A sua formação, a sua verve intelectual, a eloqüente oratória e sua singular ação episcopal que sempre estando a serviço da Igreja Católica o colocaram como um dos maiores expoentes da Restauração Católica no Brasil.

Dom Augusto Álvaro da Silva nasceu em oito de abril de 1876 em Recife, era filho de Raimundo Honório da Silva e Amélia Elisa Ramos da Silva. Viveu a infância no Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Pestalozzi, fundado e dirigido por seu pai. De volta a Recife, fez o curso secundário no Colégio Estadual de Pernambuco e ingressou no Seminário de Olinda, em 15 de agosto de 1892, aos 16 anos de idade, recebendo as ordens sacras, em 5 de março de 1899, do baiano e Bispo de Olinda e Recife, Dom Manoel dos Santos Pereira.

No seminário de Olinda – fundado em 1808 pelo Bispo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho – fez os cursos de Filosofia, Teologia e Humanidade. Para Thales de Azevedo (1976), o Seminário de Olinda, onde o jovem Augusto Álvaro da Silva estudou, foi o reduto formador de sua verve intelectual e política.

Homem possuidor de uma moral rígida foi, sem dúvida, uma das personalidades mais marcantes e polêmicas que a hierarquia eclesiástica baiana conheceu. Reagia veementemente à secularização do clero. Não permitia que os sacerdotes de sua vasta diocese deixassem de usar a batina, pois para ele “pau se reconhece pela casca”. Segundo as pessoas que o conheceram, sua aspereza e segura escondiam uma alma sensível, e representava na realidade, um dispositivo para conter os excessos da cordialidade baiana.

Sensível certamente o foi, tendo, inclusive, publicado um livro de poesias, intitulado: “Cânticos de Fé”, sob o pseudônimo de Carlos Neto. Exímio orador teve também seus sermões editados. Mas foi, antes de tudo, um homem de seu tempo. Tempo este turbulento desde o seu nascimento, pouco depois da ‘Questão Religiosa’, episódio que fez estourar a crise entre a Igreja Católica e o decadente Império brasileiro. A República que veio a seguir pôs fim ao Padroado e obrigou a Instituição a uma reorganização estrutural. Esse período coincidiu quando estava no Seminário e com os primeiros anos do seu sacerdócio. Foi bispo de Floresta (PE) e Barra (BA) e a partir de 1925, liderou, com firmeza, a Arquidiocese da Bahia.

Pode-se afirmar que, ao lado das discutidas qualidades do prelado: autoritário, severo, eloqüente, rigoroso, sensível, dentre outras, o arcebispo Primaz foi um hábil articulador político, que não mediu esforços para levar a cabo o projeto da Igreja em reaver as antigas posições perdidas com a instauração da República. Agiu com o intuito de fortalecer a instituição que dirigia com mãos de ferro – a Igreja Católica Baiana e, assim, fortalecer a própria Igreja Católica como um todo.

Analisando a reforma tridentina que fundou uma prática da Restauração, compreendemos melhor a formação eclesiástica de Dom Augusto Álvaro da Silva, moldado para ser um pastor exemplar, ele realmente buscou pôr em prática as atribuições que perfilhavam a personalidade de um bispo.

Se, nos períodos colonial e imperial, a hierarquia católica brasileira não tinha uma unidade por conta da opressão que o Estado fazia à instituição, podendo-lhe as ações, durante a Primeira República, com o realinhamento da mesma à Cúria Romana e todos os investimentos



que a Santa Sé fez visando fortalecer a Igreja Brasileira e a si própria, modificou-se inteiramente a postura da instituição. A Restauração Católica, liderada por Dom Sebastião Leme unificou a mensagem católica. A reestruturação da Igreja refletiu-se na ação episcopal, rendendo ótimos frutos, pois o ministério dos seus integrantes parece-nos ter sido similar uns aos outros, resultando numa unidade nacional. Assim é que os discursos e sermões do Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva, eram consoantes, dentre outros, aos de Dom Becker e Dom Cabral, Arcebispos de Porto Alegre e Belo Horizonte, respectivamente.

Nas mais de 180 Visitas Pastorais feitas pelo interior da Bahia e capital, como também nas Visitas Canônicas que realizou nos conventos baianos, por nós analisadas, percebemos a zelosa preocupação de Dom Augusto com a administração. Podemos verificar também que ele cobrava todas as solicitações feitas aos padres responsáveis pelas paróquias visitadas.

Mas a sua excessiva preocupação com as formalidades, seu temperamento áspero e intransigente, seu gênio forte e, principalmente, a não aceitação em ser contrariado fez com que Dom Augusto angariasse, nos anos iniciais do seu governo episcopal na Sé baiana, fama não muito boa para um pastor na sua posição. A demolição da primeira catedral rendeu-lhe desafetos que não o perdoaram por ter vendido o templo à Companhia Linha Circular de Carris da Bahia. O “Caso dos Perdões” foi, talvez, a expressão máxima de sentimento anticlerical na Bahia. Acreditamos que houve um choque de mentalidades. Os baianos não estavam acostumados com tanta rigidez apesar de sua sociedade ser essencialmente conservadora. O consenso e a maleabilidade no que se referia a interesses pessoais e políticos também a caracterizavam. Cremos que parte da elite baiana (liberal) desaprovava as intromissões do prelado na política. A sua contribuição para o fim da interventoria de Artur Neiva, o pronto acatamento ao governo revolucionário de 1930, num momento em que a Bahia voltaria ao cenário nacional em excelente posição, fez com que os ressentimentos se cristalizassem. Outros, no entanto, por conta do pragmatismo político prostraram-se à sua influência e, tacitamente, realinharam as relações entre o Estado e a Igreja de maneira cordial e fecunda.

Os sermões foram o grande instrumento pelo qual se valeu Dom Augusto - agindo como intelectual orgânico - para exprimir seu pensamento e dirigir à comunidade católica a mensagem da Igreja. Seus discursos, por vezes, iam além, expressavam aos poderes públicos sentimentos de simpatia ou acolhimento. O certo, porém, é que pela análise dos seus textos, descobrimos um excelente articulista da palavra, um comendador da Restauração Católica que buscava a primazia hegemônica de sua confissão religiosa.

Esse foi o Dom Augusto que conseguimos vislumbrar. Apesar da pouca documentação encontrada, percebemos que ele foi, antes de tudo, um homem da Igreja. Representava a tradição eclesiástica e ao chegar à Sé Primacial do Brasil implementou mudanças na condução da Arquidiocese baiana. Essas mudanças orientadas pela Santa Sé e integrantes de um projeto de Restauração Católica que visavam fortalecer o catolicismo na sociedade brasileira, ferida pelo agnosticismo republicano da primeira fase do regime e pela penetração protestante. A sua personalidade forte e marcante, austera e rigorosa conferiu-lhe certa hostilidade e dissabores. Mas, como se lê no lema de suas armas: **Per Crucem ad Lucem** – para a luz através da cruz, ele não desanimou nem um pouco, apesar de todas as dificuldades que enfrentou certo da importância de sua missão sacerdotal. Como nos disse Monsenhor Gaspar Sadoc: “Se naquele tempo ele não era compreendido, era porque ninguém é compreendido no seu tempo”.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria J. de S. **Os recolhimentos baianos: seu papel nos séculos XVIII e XIX.** In: Revista do IGHB, n. 90, Salvador, 1992.

MOTT, Luiz. **Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

AZEVEDO, Thales de. **A vida e a obra de Dom Augusto.** Discurso biográfico sobre D. Augusto pronunciado na Reitoria da UFBA em 1976. (mimeografado)

AZEVEDO, Thales de. **A Guerra aos Párocos.** Salvador: EGBA, 1991.

AZEVEDO, Thales de. **A Religião Brasileira: um instrumento político.** Petrópolis: Vozes, 1981.

AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise.** São Paulo: Ática, 1978.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v.4.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.